

Credores querem os bancos oficiais na renegociação

SÃO PAULO — Os credores privados fizeram uma exigência para refinarçar os 10 bilhões 400 milhões de dólares de juros vencidos e a vencer até 1989 da dívida externa do Brasil: a de que os bancos oficiais dos países do Clube de Paris também participem do refinanciamento.

Eles não querem arcar com esse ônus sozinho, o que é uma exigência absolutamente razoável — disse o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que retornou anteontem dos Estados Unidos. “Nós também não queremos que se repita o que ocorreu este ano, quando só os órgãos governamentais receberam o pagamento dos juros.”

Segundo Milliet, ao longo deste mês os negociadores brasileiros vão explicar aos credores as várias contas que apontam para a necessidade de um refinanciamento de 10 bilhões 400 milhões de dólares: “O que eles querem é examinar esses números”, explicou o presidente do

BC. “Se eles se convencerem de que são realmente a nossa necessidade, nada os impede de fazer o refinanciamento.”

Milliet acredita que é possível chegar-se a um acordo definitivo ainda este ano. Seu otimismo — como ele mesmo admite, este tipo de discussão costuma arrastar-se por até seis ou sete meses — baseia-se na constatação de que de ambos os lados da mesa há gente apressada. “Há interesse de ambas as partes em chegar a uma solução”, disse. “Mas não podemos garantir nada porque não depende só do Brasil. Estamos na dependência também de uma mudança de atitude dos credores.”

Milliet admitiu que no começo das negociações da semana passada havia alguns banqueiros “de má vontade” com a proposta brasileira, mas isso desapareceu à medida que os termos da proposta foram se tornando mais claros. Também contribuiu para a melhoria do clima o fato de o Brasil não ter fechado as portas a nenhuma alternativa.

A antecipação de pagamentos, por exemplo — o chamado pagamento simbólico — não está descartada. “No momento não há nenhum compromisso nesse sentido, mas se notarmos que isso pode aprimorar as negociações, e se houver uma evolução correspondente na posição dos credores, então esse assunto poderá ser considerado”, admitiu Milliet.

Até mesmo o fantasma do Fundo Monetário Internacional parece ter passado sem sustos pela mesa de negociações. Milliet disse aos credores que, para o Brasil, é fundamental que a dívida bancária já contraída seja recontratada sem qualquer ingerência ou aprovação do FMI. Isto posto, porém, o Brasil parece caminhar para uma concessão: “Para os recursos novos, como os que estão sendo oferecidos pelo governo japonês, que exige um acordo com o Fundo, podemos considerar se nos convém ou não fazer um acordo,” observou.